Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina
ISBN: 978-85-7205-159-0

Uma aproximação teórica às novas propostas de Integração Latino-Americana: ALBA-TCP e PETROCARIBE

Pablo José Carrizalez Nava
Doutorando e Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Energia – IEE/USP
pcarrizalez@usp.br

Resumo:

A ALBA-TCP/Petrocaribe é uma aliança baseada nos princípios de solidariedade, complementaridade e cooperação que enriquece e atualiza o debate sobre o regionalismo latino-americano e sobre a forma como a região se coloca na dinâmica internacional. Para aprofundar essa questão e também para suprir a falta de teorização na literatura especializada, acudiu-se à visão de autores adscritos à Teoria Marxista da Dependência sobre a integração regional. Argumenta-se como esses esquemas de integração desafiam a divisão internacional do trabalho não apenas integrando os mercados regionais, mas também fortalecendo o papel do Estado, criando uma nova arquitetura financeira e empresaria e, sobretudo, incluindo os movimentos populares e suas reinvindicações históricas.

Palavras-chave: Integração Regional; América Latina e Caribe; ALBA-TCP; Petrocaribe; Teoria Marxista de Dependência.

Resumen:

La ALBA-TCP y Petrocaribe son una alianza con base en los principios de solidaridad, complementariedad y cooperación, que enriquece y actualiza el debate sobre el regionalismo latinoamericano y sobre la forma como la región se insiere en la dinámica internacional. Para profundizar ese aspecto, y también, para suplir la falta de teorización en la bibliografía especializada, acudimos a la visión de la Teoría Marxista de la Dependencia sobre la integración regional. Argumentamos como esos esquemas de integración desafían la división internacional del trabajo a través de la integración de mercados regionales, y en especial, a través de la inclusión los movimientos populares y sus reivindicaciones históricas.

Palabras claves: Integración Regional; América Latina y el Caribe; ALBA-TCP; Petrocaribe; Teoría Marxista de la Dependencia.

ISBN: 978-85-7205-159-0

Introdução

A literatura acadêmica aborda, em linhas gerais, a relação entre a Venezuela e o Caribe a partir das seguintes linhas de argumentações: uma, que explicava a forte aproximação entre a Venezuela e os países do Caribe pela influência que a "democracia" e o "petróleo", principais variáveis da política externa venezuelana, projetavam em direção à região caribenha; outra que via na vocação e na doutrina *tercermundista* que os governos venezuelanos adotaram na década de 1970 a razão dessa aproximação; enquanto que, um terceiro grupo defendia a tese de que a Venezuela era uma potência regional subimperialista que respondia aos interesses expansionistas dos Estados Unidos na região (ROMERO, 2004).

Se olharmos por uma perspectiva histórica, pode-se entender porque existe essa terceira linha de argumentação. Já no inicio do século XX sabia-se da existência de reservas petrolíferas em países latino-americanos, principalmente no México e na Venezuela. Motivados pela expectativa de mercados próximos, as principais companhias internacionais de petróleo da época, a *Royal Dutch-Shell* e a *Standard Oil of New Jersey* – atual *ExxonMobil* – começaram a investir na região do Caribe, sobretudo naqueles dois países. Uma vez iniciada a exportação – no caso venezuelano a partir de 1917 – a *Shell* e a *Standard Oil* instalaram um parque refinador em ilhas do Caribe, por exemplo, Curaçao e Aruba, com a finalidade de abastecer com derivados o mercado dos EUA (HERRERA, 2012).

Em linhas gerais, podemos afirmar que a Venezuela não contestou essa divisão internacional do trabalho (DIT) mesmo após a nacionalização da sua indústria petrolífera em 1976. Na verdade o país caminhou em direção contrária durante as décadas posteriores, 1980 e 1990, quando a empresa estatal de petróleos, PDVSA, iniciou um processo de internacionalização (aquisição de ativos como refinarias e posto de distribuição em outros países) e de abertura ao capital estrangeiro (para a exploração e produção em campos "marginais" de petróleo e de gás não associado), colocando em perigo o monopólio estatal sob seus recursos naturais e estimulando a saída de capitais provenientes da renda petroleira, numa época da crise da dívida externa e de estagnação econômica no país (CARRIZALEZ, 2015).

Nesse contexto, a Venezuela participava de um oligopólio regional – junto ao México e Canadá – para o abastecimento de petróleo e derivados aos EUA, principal sócio comercial desses países. Essa dinâmica só foi questionada radicalmente, pela primeira vez no país, com a chegada de Hugo Chávez ao poder, em 1999. Chávez procurou desde os primeiros anos de sua presidência fortalecer as relações políticas e econômicas com outros países em desenvolvimento. Motivado por tal objetivo, o então

ISBN: 978-85-7205-159-0

presidente empreendeu uma viagem por alguns países membros da OPEP com o objetivo de rearticular a organização em prol da recuperação do preço do petróleo, deprimidos naquela época (CARRIZALEZ, 2015).

Já, para um melhor entendimento das novas alianças no âmbito regional, é importante lembrar um ponto de inflexão que levaria Chávez a tomar uma postura clara e abertamente anti-imperialista: a tentativa de Golpe de Estado, em 2002, e a greve petroleira em 2003 (SEABRA, 2013). Esses acontecimentos fortaleceram a rejeição de Chávez à proposta norte-americana de criar uma área de livre comércio de dimensões continentais, a ALCA; postura que também compartilhavam os governos do MERCOSUL.

Contudo, a politica externa venezuelana para o Caribe começaria a tomar novos rumos antes desses acontecimentos. Para Seabra (Ibid.), um antecedente importante do que denomina como "o redescobrimento do imperialismo latino-americano" foi inclusão de Cuba e do Convênio Integral de Cooperação Cuba-Venezuela dentro do marco do Acordo Energético de Caracas de 2000; acordo de cooperação que substituiu o Acordo de São José[1], e que anunciava o inicio de um novo período de relações entre a Venezuela e seus pares do Caribe. Um ano mais tarde, na III Cúpula de Chefes de Estado e Governo da Associação de Estados do Caribe (AEC), na ilha venezuelana de Margarita, propôs-se pela primeira vez a ideia de uma aliança sub-regional para a integração politica, econômica, social e cultural entre os povos da América Latina e o Caribe (ALBA, 2014).

Dessa forma, em dezembro de 2004, os governos de Cuba e Venezuela assinam em Havana a Declaração Conjunta e o Acordo para a aplicação da Alternativa Bolivariana para as Américas, ALBA – hoje, Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – como uma proposta em contraposição à proposta expansionista estadunidense da ALCA, e, também como uma estratégia que tem por objetivo histórico:

> "…unir las capacidades y fortalezas de los países que la integran, en la perspectiva de producir las transformaciones estructurales y el sistema de relaciones necesarias para alcanzar el desarrollo integral requerido para a continuidad de nuestra existencia como naciones soberanas y justas" (ALBA, 2014, p. 4).

Os argumentos antes expostos formam parte do esforço histórico, acadêmico e teórico que se tem feito para entender não só as mudanças na politica externa venezuelana a partir do período da Revolução

[1] O acordo foi estabelecido entre a Venezuela e o México (1980-2007), com o objetivo de abastecer com 160.000 barris diários de petróleo e seus derivados aos países do Caribe e Centro América, através de uma linha de crédito e da promoção do comércio de produtos e serviços com os países abastecedores.

ISBN: 978-85-7205-159-0

Bolivariana – que inclui os governos de Chávez (1999-2013) e do atual presidente Nicolás Maduro – mas também os novos esquemas de integração que surgiram na região como consequência desse novo processo de aproximação venezuelano-caribenho.

O presente trabalho tem como objetivo examinar a literatura especializada sobre a regionalização ou integração regional e, mais especificamente, aquela que busca entender e avaliar os novos esquemas de integração regional, como a ALBA e o Petrocaribe. Inicia-se com uma abordagem teórica, a partir da identificação de duas vertentes sobre a integração: uma, que identificamos como clássica; e outra crítica, produto do pensamento latino-americano aqui abordado mais especificamente a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Cabe explicar o porquê do resgate da TMD neste trabalho. Essa teoria contribuiu na superação do pensamento desenvolvimentista e seus limites, avançando para uma compreensão mais aprofundada das nossas características externas e internas como região (COSTILLA, 1994). A TMD atravessou um período de "quase" apagamento durante o período neoliberal na América Latina (AL) – entre a segunda metade dos anos 1980 e a década de 1990 –, mas isso não impediu que os seus pesquisadores, como Ruy Mauro Marini, por exemplo, continuassem alimentando o debate acadêmico ao redor do neoliberalismo e da globalização na região, seus efeitos e como superá-los. Consequentemente, diante do atual contexto regional de revigorizarão das forças neoliberais na AL – e em outras regiões centrais e periféricas –, faz-se necessária a releitura da TMD e das suas análises sobre a integração latino-americana. Há uma nova geração de pesquisadores e publicações que se inserem nessa teoria, alguns deles subsidiam a revisão bibliográfica deste trabalho.

O artigo está divido nas seguintes seções: inicialmente, aborda-se a perspectiva clássico-ortodoxa, avaliando até que ponto é possível encaixar a experiência da ALBA em seus modelos teóricos; depois passa-se à perspectiva critico heterodoxa à luz dos cientistas da TMD. Em sequência, apresentam-se os projetos e avanços mais inovadores da Aliança e o Petrocaribe; e, por último as considerações finais, que são o convite a continuar esse esforço teórico sobre os esquemas alternativos de integração na AL.

É possível encaixar a ALBA-TCP à perspectiva clássica da integração regional?

No esforço de estabelecer uma definição a partir da revisão de alguns autores especializados (CELLI JR. 2006; BAUMANN, CANUTO E GONÇALVES, 2004; BAUMANN E LERDA 1987), pode-se definir a integração desmesurando-a em suas características mais importantes, a saber:

ISBN: 978-85-7205-159-0

a) É um processo dinâmico vinculado a um determinado contexto político, econômico e social, tanto no nível nacional como no internacional. Qualquer processo de integração depende profundamente da vontade política dos Estados que decidem se aproximar. Portanto, a sua visualização de um ponto de vista estritamente jurídico e/ou econômico não conseguiria enxergar a complexidade de um projeto dessa natureza.

b) Seus objetivos podem levar a processos ambiciosos: unificação, uniformização ou harmonização de políticas, seja comercial, econômica, monetária, etc.; com possível cessão de soberania para instituições de caráter supranacional ou de caráter consensual.

c) Sob a perspectiva do comércio internacional, a integração pode incluir ou não acordos relativos às barreiras dos países-membros em relação ao resto do mundo e seu âmbito pode ser bilateral ou multilateral, incluindo apenas uma parte ou a totalidade dos bens potencialmente transacionáveis entre os membros.

d) Os esquemas de integração regional, independentemente do seu objetivo (acordos preferências, uniões aduaneiras, etc.), podem incluir Estados com muita, pouca ou nenhuma proximidade geográfica.

Portanto, podemos resumir a integração como "um processo político entre governos nacionais, visando reduzir parcial ou totalmente as barreiras (tarifárias ou não tarifárias) que limitam o comércio recíproco" (BAUMANN, LERDA, 1987).

No que se refere especificamente à relação entre um esquema de integração e seu objetivo, há basicamente cinco categorias ou modelos analíticos: Área de Tarifas Preferenciais, Área de Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum e União Monetária ou Econômica[2] (CELLI JR., 2006). Essa ordem está relacionada aos níveis de integração que cada um deles demanda, o que se traduz, por um lado, numa maior restrição ao comércio com terceiros e, por outro, numa maior harmonização de políticas macroeconômicas e de mobilização de fatores produtivo (capitais e mão-de-obra), o que desafia o conceito tradicional de soberania nacional. Na realidade, os projetos de integração que se inserem em alguma dessas categorias apresentam grandes diferenças, produto das especificidades próprias de cada região e dos interesses dos Estados envolvidos.

[2] Esses modelos de integração estão consolidados na literatura especializada, portanto, optou-se por não desenvolver as suas principais características. Contudo recomenda-se a leitura de Baumann e Lerda (1987, p. 13-15) para o seu aprofundamento.

ISBN: 978-85-7205-159-0

No que diz respeita aos efeitos de um processo de integração, destacam-se as análises e contribuições de Jacob Viner sobre a "criação de comércio" e o "desvio de comércio". A criação de um novo fluxo comercial dentro de um mecanismo de integração é produto da "substituição da produção nacional – supostamente obtida a custos elevados – por produção semelhante proveniente do(s) país(es) parceiro(s) a custos mais baixos" (BAUMANN, CANUTO, GONÇALVES, 2004). Já o desvio do comércio é consequência do processo anterior: uma vez estabelecido um acordo integracionista, especialmente uma união aduaneira, se substitui o acesso a produtos mais baratos provenientes de terceiros países (não pertencentes à união), cujos produtos só ficaram mais caros pela imposição de barreiras, isto é, a tarifa comum da união (Ibidem).

Por tal razão, Viner considera a integração como um *second best*, dado que "o mais ideal seria um comércio internacional livre, multilateral, onde o mercado e as vantagens comparativas fossem as forças dirigentes do comércio entre os países" (TEIXEIRA, DESIDERÁ NETO, 2013).

De uma perspectiva jurídica, Montgomery (2006) considera que os esquemas de integração podem formar organizações internacionais. Pode-se definir uma organização internacional, sob uma perspectiva política, como uma forma de organização da sociedade internacional, "sociedade que tem evoluído gradativamente ao longo dos últimos séculos e hoje é bastante heterogênea, porque além dos Estados, conta com a participação de outros sujeitos de direito internacional" (RIDRUEJO, 1994 *apud* MONTGOMERY, 2006).

Já, sob uma perspectiva técnica, uma organização internacional seria:

> "Uma entidade criada por um tratado internacional, composta exclusivamente ou preponderantemente por Estados (possibilidades de ter como membros outros sujeitos de direito internacional), capaz de manifestar de maneira permanente, através de seus órgãos, vontade jurídica distinta da de seus membros (personalidade jurídica própria), estando diretamente regida pelo direito internacional" (REUTER, 1975 *apud* MONTGOMERY, 2006, p. 45).

Ora, as definições anteriormente mencionadas, aplicadas à ALBA, não encaixariam facilmente no esquema de integração por ela proposto.

No que respeita ao processo político e dinâmico entre as esferas nacionais e internacionais, a ALBA consegue algumas sinergias com esses argumentos, dado o seu caráter político, fortemente vinculado à vontade política dos governos dos Estados aliados.

Seus membros plenos não compartilham fronteiras terrestres – mas sim, em alguns casos, fronteiras marítimas – e são parte de diferentes sub-regiões: América do Sul (Bolívia, Equador e

ISBN: 978-85-7205-159-0

Venezuela), América Central (Nicarágua) e Caribe (Antígua e Barbuda, Cuba, Dominica, Santa Lucia, São Vicente e as Granadinas) (ALBA, 2014).

No que tange aos modelos de integração e à questão comercial, não existem objetivos que procurem o estabelecimento de uniões aduaneiras, nem de uma área livre comércio como descritas na literatura clássica. Aprofundar as relações comerciais, porém, é um dos pilares fundamentais da Aliança, a qual procura fazê-lo através das vantagens cooperativas em substituição das vantagens comparativas – do pensamento econômico clássico-ortodoxo – que incitam à competitividade por mercado e preços estimulando o afastamento dos países (SEABRA, 2013). A complementariedade econômica e a especialização produtiva que existe entre seus membros, junto à promoção de investimentos de capitais latino-americanos dentro da Aliança e da AL, são alguns das estratégias escolhidas para atingir uma maior relação comercial (SELA, 2014). O instrumento politico e jurídico que guia essa nova visão comercial é o Tratado de Comércio dos Povos (TCP), uma proposta da Bolívia, em 2006, no marco do seu ingresso como país membro da Aliança durante a terceira Cúpula, também realizada em Havana (ALBA, 2013, 2014).

A Aliança, diferentemente de outros mecanismos de integração da América Latina, não surgiu como consequência da assinatura de um tratado constitutivo, que lhe outorga estrutura jurídica institucional, uma das principais características da integração clássica. Mas isso não tem impedido a consolidação progressiva das instituições e da estrutura funcional devido ao seu caráter de foro para o diálogo e concertação política (SELA, 2014), o que lhe outorga um carácter bastante dinâmico.

As principais instituições que hoje dão forma à Aliança são: o Conselho Presidencial, de onde se desprendem: (i) o Conselho Político, (ii) o Conselho de Políticas Sociais, (iii) o Conselho de Complementaridade Econômica, e (iv) o Conselho de Movimentos Sociais. Do Conselho Político dependem importantes instâncias como a Comissão Política e a Coordenação Permanente que é a Secretaria Executiva da Aliança. Também existem vários Comitês e Grupos de Trabalho dedicados à defesa da natureza, à soberania e ao respeito dos Direitos Humanos (SELA, 2014).

Ante esses avanços, os Estados membros têm iniciado um processo para a elaboração de um texto que outorgue à ALBA-TCP personalidade jurídica internacional, com a finalidade de fortalecer o processo de integração iniciado na I Cúpula de Havana, em 2004 (Ibidem). No Informe de gestão da Aliança de 2014, se prevê que esse instrumento jurídico não deve reproduzir estruturas burocráticas e rígidas, pelo contrário, deve consolidar a Aliança como uma organização flexível, inspirada nos

ISBN: 978-85-7205-159-0

postulados dos seus documentos fundacionais e posteriores (aqueles que resultam das cúpulas e seus conselhos).

Podem-se citar mais exemplos para comparar os postulados clássicos da integração à experiência desenvolvida pela ALBA. Não obstante, acredita-se que já ficou evidenciado que as divergências existem, porém há também similitudes. Essa é uma avaliação superficial sobre o caráter alternativo deste modelo de integração. É necessário o uso de outras ferramentas de análise para explicar as particularidades essenciais que diferenciam, de fato, a ALBA-TCP dos outros mecanismos de integração.

De qualquer forma, concordamos com Seabra (2013) ao dizer que, falar do caráter alternativo e da rejeição aos modelos de integração vigentes na região não é suficiente; faz-se necessário também a definição da sua orientação teórica. Em última instancia, é o padrão de acumulação o definidor da natureza dos processos de integração (Ibidem).

A perspectiva crítica: a TMD e suas reflexões sobre a integração latino-americana

Para uma leitura mais aprofundada a respeito do caráter alternativo do esquema de integração da ALBA – que rebate o imperialismo norte-americano e questiona a inserção da região latino-americana na economia mundial, isto é, "o padrão de acumulação do capitalismo dependente"[3] –, partimos das análises de Ruy Mauro Marini.

Preocupado por entender o processo e as tendências da globalização capitalista-neoliberal, Marini afirmou que: *captar las especificidades de la globalización* ***exige conocer las características de las condiciones que le han preparado*** (1997, p. 250, negrito nosso). É necessário conhecer, portanto, as condições, isto é, as mudanças no capitalismo mundial que levaram ao surgimento de novas formas inserção e de integração econômica na América Latina na primeira década do século XX.

A crise do capitalismo mundial que estourou na década de 1970, produto da queda das taxas de lucro acentuada pelos choques do petróleo (1973 e 1979), deixou a economia dos países centrais em recessão. Isso levou para uma reorganização na gestão do capital e da força de trabalho, através da compra e venda de ativos e fusões empresariais; da terceirização da mão-de-obra; e de acordos para o desenvolvimento de novas tecnologias (microeletrônica, informática, telecomunicações, biotecnologia, produção de energia, etc.) (MARINI, 1997).

[3] Para uma melhor compreensão desse assunto, recomenda-se a leitura de "Dialética da Dependência" de Marini, em "Ruy Mauro Marini – Vida e Obra", Roberta Traspadini e João Pedro Stedile (Orgs.), 2da. Edição, São Paulo: Expressão Popular, 2011, pp. 131-172; e seus outros trabalhos aqui citados.

ISBN: 978-85-7205-159-0

Essa revolução, com grande impacto nos países centrais, provocou um novo impulso nas estruturas produtivas e sociais e, portanto, uma reestruturação das relações econômicas internacionais. O resultado foi a demanda por uma nova DIT, em que os países centrais conservam sua posição no sistema por duas razões: (i) o monopólio tecnológico que empiora a situação de dependência dos demais países, (ii) o controle sob o processo de transferência das atividades industriais para os países periféricos através do controle da capacidade tecnológica e de investimento. Esse controle atua: (ii.i) transferindo aos países mais atrasados as atividades industriais menos intensivas em conhecimento, e (ii.ii) espalhando entre diferentes países as etapas da produção, o que bloqueia o surgimento de economias nacional e regionalmente integradas (Ibidem).

Como consequência, os países latino-americano, e outras regiões periféricas, ficam mais vulneráveis diante uma reprimarização das suas atividades econômicas, isto é, a volta à DIT do século XIX, baseada no intercâmbio entre bens manufaturados por bens primários, como consequência da necessidade crescente por insumos que permitem aumentar a produtividade do trabalho nos países desenvolvidos. Para Marini (1997), o melhor exemplo desse processo era o Chile, e advertia que o Brasil já se encontrava num processo similar que ameaçava com a possibilidade de voltar a formas de dependência que se achavam superadas.

Assim, a necessidade por sair das vicissitudes das crises, a desaceleração do crescimento econômico, e, portanto, da taxa de lucro, tem levado os países centrais a redefinir os padrões de reprodução do capital nas economias periféricas através de "novos" trabalhos na economia internacional. Marini nos apresenta dessa forma um dos principais fatores que impede a aproximação entre os países da região através de um autentico regionalismo latino-americano. Quais opções têm AL e o Caribe frente essa limitante estrutural?

A primeira resposta está na análise de Souza (2015) sobre a inserção internacional e a integração na AL:

> "Quanto maior é a inserção subordinada da AL no contexto da economia mundial, menos suas possibilidades de integração, ou, dito de outro modo, maior a desintegração da região; e, ao inverso, os processos de integração da região avançam nos momentos em que sua inserção internacional entra em crise e crescem as condições para um maior grau de autonomia regional." (Idem, p. 220).

A reestruturação do capitalismo que iniciou na década de 1970 deu forma e impulso à globalização neoliberal, interferindo nos processos de integração regional. Na década de 1990 houve oportunidades para o surgimento de um regionalismo sem uma intervenção direta dos EUA, o

ISBN: 978-85-7205-159-0

MERCOSUL, mas a influência do pensamento neoliberal nos governos desse bloco e na região em geral acabou dando ênfase na comercialização e apertura ao capital estrangeiro. Era a tese do "regionalismo aberto" defendida pela CEPAL (Ibidem).

Grosso modo, esse regionalismo e o neoliberalismo em geral afetaram as camadas populares da América Latina e do Caribe, os trabalhadores e demais setores socialmente vulneráveis. O desencantamento social permitiu a ascensão dos governos progressistas na virada do século. A Revolução Bolivariana na Venezuela, cujas políticas têm procurado transformar as desigualdades e injustiças herdadas daqueles anos, não conseguiu derrubar por completo as estruturas do Estado burguês e da propriedade capitalista (KATZ, 2016), porém, conseguiu uma redistribuição de renda no interior do país, e ao resto da região latino-americana e caribenha. Acredita-se que esse processo de redistribuição da renda petroleira é um dos motores principais da nova onda integracionista que se iniciou com a ALBA.

O principal esquema de integração que surgiu à sombra do neoliberalismo, o MERCOSUL, possui travas estruturais para a coordenação macroeconômica e para diminuir as assimetrias, por exemplo, a produção e comercialização, com igual grau de importância para o produto nacional e com grande participação de capital estrangeiro, dos mesmos produtos agrícolas (soja, carnes) e mineração (Ibidem).

Como integrar sob outra lógica econômica, países que competem entre si por parcelas de mercados intra e extrarregional? A solução não está exclusivamente nos momentos de enfraquecimento do capitalismo central. É necessária uma reorganização dos movimentos populares para viabilizar uma revolução democrática. Esse processo passa:

a) Pela reversão do atual paradigma de integração que dá maior ênfase às negociações comerciais e que prioriza áreas de investimentos e parcelas de mercados através do fortalecimento da correlação de forças (relações Sul-Sul, por exemplo), a fim de se ter peso suficiente para influir nas decisões internacionais (MARINI, 1991, 1992).

b) Além disso, no contexto da economia mundial contemporânea, os projetos estritamente nacionais parecem ser insuficientes, sendo necessária a criação de novas entidades interestatais (Idem, 1992) e/ou supranacionais que sejam "capazes de assegurar a seus povos e etnias o direito de se desenvolver sem restrições" (Idem, 1991).

c) Pelo protagonismo do Estado no processo de integração latino-americano. Entretanto, não se trata de um Estado autocrático, mas sim de um Estado que reconhece nos movimentos sociais – sejam

ISBN: 978-85-7205-159-0

quais forem sua natureza e reivindicação – capacidades para participar na coordenação e formulação de políticas públicas (Idem, 1991).

Assim a integração latino-americana, afastada dos velhos esquemas e projetos de inspiração hispano-americana e pan-americana, é "a arma principal na luta contra a dependência e pelo desenvolvimento", portanto, o processo integracionista não pode estar submetido aos interesses dos governos, empresários, e da economia em geral, tem que ser entendido "como uma grande empresa pública e cultural, capaz de convocar à participação ativa de todos os setores do povo." (Ibid., 1992, p. 216).

Como a ALBA-TCP e o PETROCARIBE avançam na direção apontada por Marini e a TMD?

Acredita-se que a integração energética proposta a partir do Petrocaribe é o primeiro passo nessa direção. A aliança energética nasceu em paralelo com a ALBA e ambos são os pilares mais importantes e primordiais da política externa venezuelana e, portanto, é um contrassenso separá-las.

Petrocaribe é uma das associações energéticas sub-regionais (com foco na América Central e o Caribe) que compõe um projeto regional mais abrangente: Petroamérica, que também se divide em outras duas associações: Petroandina (dirigido aos países andinos) e Petrosul (aos países do Cone Sul). Os objetivos de Petroamérica eram promover uma integração que fortaleça e permita um desenvolvimento endógeno (HERNÁNDEZ, 2007) permitindo o desenvolvimento das forças produtivas regionais. No entanto, aspectos políticos têm impedido o desenvolvimento de Petroandina e Petrosul.

Esse projeto, também de origem venezuelana, tentava contestar o imperialismo estadunidense através da articulação da esfera interna (doméstica) e externa (regional) entre os países da AL e o Caribe: por um lado, se freava as tentativas de privatização e/ou apertura das atividades de exploração e produção, onde se obtém as grandes rendas monopólicas nas indústrias petrolíferas; colocando e reafirmando o Estado sob o controle dessas atividades, para garantir o cuidado dos interesses e necessidades econômicas e sociais (SEABRA, 2013). Entre os mecanismos específicos do projeto estão: o apoio entre as empresas estatais do ramo (transferência de conhecimentos, técnicas e tecnologia), investimentos conjuntos, entre outros.

Só o Petrocaribe conseguiu avançar. Criado em 2005, durante o I Encontro Energético de Chefes de Estado e/ou Governo do Caribe, foi fundado por 14 Estados signatários do Acordo de Cooperação Energética; hoje somam 18 os Estados participantes desse acordo, sendo: Antígua e Barbuda, Bahamas,

ISBN: 978-85-7205-159-0

Belize, Cuba, Dominica, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, Nicarágua, República Dominicana, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, Suriname, Venezuela (PETROCARIBE, 2009).

Ambas as propostas, Petrocaribe e ALBA-TCP, oferecem mecanismos de abastecimento de óleo venezuelano com facilidades de pago, tais como: dois anos de graça e uma taxa de juros anual de 1% e 2%, assim como uma porcentagem de financiamento que pode chegar até 50%, condições que dependem dos preços de referência do mercado internacional Os pagamentos de juros e amortizações do capital podem ser feitos através de mecanismos de compensação comercial, prévia petição e aprovação por parte do Estado venezuelano (PDVSA, 2014).

Os mecanismos de compensação comercial são, talvez, o aspecto "mais revolucionário" deste convenio energético, já que permite o pagamento de parcelas da divida petroleira através do intercambio, ou envio de alimentos (arroz, feijão preto, óleo comestível, açúcar, carne, leite, farinha de soja e gado em pé); além de insumos para indústria de construção. Esses produtos são dirigidos para os programas sociais, *misiones* e *grandes misiones*, que o governo venezuelano desenvolve.

Na nossa perspectiva, outro aspeto inovador ou fator potencial para uma mudança produtiva estrutural na região – além do Tratado de Comercio entre os Povos – é a criação do conceito de *Grannacional* (ALBA, 2014). A Grã-nacionalidade é um conceito político criado no interior da ALBA, que abarca, por um lado, a reivindicação dos princípios históricos, geopolíticos, socioeconômicos e ideológicos da Aliança; e por outro, se opõe à globalização neoliberal e seus atores mais dinâmicos: as empresas transnacionais. Deste conceito, desprendem-se (i) os projetos grã-nacionais – focados nas áreas consideradas como sensíveis para o desenvolvimento: educação, saúde, cultura, deporte, comércio justo, ciência e tecnologia –, e (ii) as empresas grã-nacionais – cuja produção visa satisfazer as necessidades humanas sobre as necessidades do mercado externo, além de estimular a produção especializada e o comércio dentro do bloco (ALBA, 2014; SELA, 2014).

No que diz respeito ao Petrocaribe encontram-se estruturais similares: as empresas de capital misto, entre a PDV CARIBE, S. A. – filial da petroleira venezuelana PDVSA – e as empresas estatais de 10 países caribenhos. Hoje somam 13 empresas desta natureza, as quais desenvolvem atividades de armazenamento de combustíveis, refino, e produção de energia elétrica.

Outro elemento que vai em direção às propostas do Marini, é o fortalecimento das sinergias com o resto dos países da região, por meio dos outros esquemas de integração sub-regional que os seus Estados

ISBN: 978-85-7205-159-0

também fazem parte[4] e da criação de nova arquitetura financeira regional. Essa necessidade é antes de tudo, um objetivo estratégico para a consolidação e sustentabilidade da Aliança e do Petrocaribe no longo prazo.

No que se refere a organismos econômicos e financeiros, há importantes projetos em execução como o banco de desenvolvimento próprio, o Banco da ALBA[5]; fundos para programas específicos (alimentos, medicamentos, etc.) e um mecanismo de compensação de pagamentos, o SUCRE, que procura substituir o uso do Dólar estadunidense nas transações intra-ALBA, e prepara o terreno para o estabelecimento de uma futura moeda comum. Aliás, são as empresas privadas de pequeno e mediano porte as que lideram o uso do SUCRE, em comparação com as empresas público-estatais (Idem, 2013, 2014; SEABRA, 2013).

A criação da uma Área Económica Complementária (ZEC, nas suas siglas em espanhol), é a estratégia especifica que procura materializar a união entre os esquemas de integração: ALBA-TCP, Petrocaribe, CARICOM e MERCOSUL. Portanto, o seu objetivo é "*ampliar y consolidar el espacio económico y comercial latinoamericano y caribeño, que genere oportunidades reales de complementariedad*" (ALBA, 2014, p. 30). A Venezuela apresentou durante a Cúpula do MERCOSUL, de julho de 2014, em Caracas, o projeto de criação da ZEC, e foi aprovada a sua avaliação para a sua concretização. Espera-se o desenho e execução de planos e projetos conjuntos em áreas como energia, turismo, agroindústria, transporte e comunicações, entre outras áreas chaves para o desenvolvimento regional (Ibidem).

Considerações Finais

A região do Caribe é uma área de interesse histórico para a política externa venezuelana. Contudo, observamos como, a partir do governo do presidente Hugo Chávez, as relações com essa região se intensificaram após a criação da ALBA e do Petrocaribe.

A ALBA, mais do que um esquema de integração nos termos definidos na literatura especializada, é uma aliança baseada nos princípios de solidariedade, complementaridade e cooperação. Outra

[4] Destacam-se entre esses organismos, além da ALBA/Petrocaribe: a Associação dos Estados do Caribe (AEC), Comunidade Andina (CAN), Comunidade do Caribe (CARICOM), Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECO), União de Nações Sul-americanas (UNASUL), e o MERCOSUL.

[5] Chamamos a atenção ao fato de que o Banco da ALBA foi fundado na base de um tratado, ou ata fundacional, que faz dele uma figura financeira de direito internacional público com personalidade jurídica própria (ALBA, 2014, p. 22).

ISBN: 978-85-7205-159-0

característica fundamental dessa aliança e o fato de ser um foro político que se consolida e institucionaliza na prática e não a partir de um convênio ou tratado constitutivo previamente negociado, embora exista interesse em estabelecê-lo para garantir a sustentabilidade do projeto em cenários de mudanças políticas no interior de seus países membros.

As iniciativas econômico-financeiras, como o Banco da ALBA, os fundos, e o SUCRE, merecem especial atenção, assim como os mecanismos de compensação com que alguns países pagam a fatura petroleira (alimentos, matérias-primas e serviços), uma vez que, em conjunto, representam a expressão mais concreta de desafio à inserção da região no sistema econômico internacional atual. Tais mudanças inovadoras têm levado os países envolvidos na aliança a encará-la não como uma *second best*, como é proposto por Viner, mas sim como *the best option*, a melhor opção para fortalecer à produtividade social do trabalho.

Assim, acreditamos que seja importante trazer nestas linhas finais, uma vez mais, a afirmação de Seabra (2013): em ultima instância é o desafio de questionar o padrão de acumulação o que definirá a natureza das experiências de integração. E qual padrão é esse? Aquele descrito por Marini: a ameaça pela volta de velhas formas de dependência e de inserção subordinada na região que se creiam superada.

As diretrizes apontadas por Marini contribuem para o fortalecimento da ALBA e do Petrocaribe, e para superar o "pré-conceito ideológico" com que a literatura especializada trata essas experiências de regionalismo alternativo, de natureza anti-imperialista e latino-americanistas, cujo objetivo é reivindicar os movimentos populares e suas lutas históricas.

Por fim, é importante ressaltar a necessidade de análises que complementem os argumentos aqui apresentados através da avaliação mais detalhada das mudanças concretas nos doze anos de integração ALBA-TCP e Petrocaribe. As mudanças no atual cenário político mundial, regional e local, em especial na Venezuela – o membro com mais recursos econômicos para sustentar os projetos grã-nacionais para o desenvolvimento regional – merecem uma análise mais aprofundada, uma vez que a queda do preço do petróleo ameaça a estabilidade política do país, aumentando as possibilidades de mudança de governo no médio e longo prazo.

Referências

ALIANZA BOLIVARIANA PARA LOS PUEBLOS DE NUESTRA AMÉRICA – TRATADO DE COMÉRCIO DE LOS PUEBLOS (ALBA-TCP). Informe de Gestión ALBA-TCP 2004-2014. 10 años consolidando la solidaridad e integración entre los pueblos de Nuestra América. 2014.

ISBN: 978-85-7205-159-0

_____. Cumbres ALBA-TCP 2004-2013. Construyendo un Mundo Pluripolar. 2013. Diponivél em: <http://www.portalalba.org/index.php/2014-03-29-22-04-24/documentos> Acesso em junho de 2014.

BAUMANN, R., CANUTO, O., GONÇALVES, R. Economia Internacional. 4ta edição Teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BAUMANN, R., LERDA, J. C. Modelos teóricos de Integração Econômica. Em: BAUMANN R., LERDA J. C. (Org.). Brasil – Argentina – Uruguai, a integração em debate. Editora Marco Zero: Rio de Janeiro, 1987. 279 p.

CARRIZALEZ, P. O gás natural como indutor de desenvolvimento na Venezuela: uma leitura à luz de Bambirra, Dos Santos e Marini. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2015.

CELLI JR., U. Teoria geral da integração: em busca de um modelo alternativo. Em: MERCADANTE, A.; CELLI JR, U.; ARAÚJO, R. (Coord.). Blocos econômicos e integração na América Latina, África e Ásia. Juruá Editora: Curitiba, 2006. p. 19-37.

COSTILLA, L. O. "América Latina: democracia e integración" de Ruy Mauro Marini, 1993. Estudios Latinoamericanos, v. 1, n. 1, Nueva época, jan-jun. 1994. pp. 169-171.

HERNÁNDEZ, L. Petroamérica y la Integación Energética de América Latina y el Caribe. Cuadernillos Nueva Diplomacia, Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Bolivariana de Venezuela. 2007.

HERRERA, R. Relaciones energética del Caribe. Boletín Petrocaribe Hoy. Año 4, n. 10. Jun. 2012.

KATZ, C. Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo. São Paulo: Expressão Popular, Perseu Abramo, 2016.

MARINI, R. M. Sobre o Estado na América Latina. 1991. In: Ruy Mauro Marini. Vida e obra. Traspadini, R.; Stedile, J. (Orgs.). 2da Edição, São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Desenvolvimento e dependência. 1992. In: Ruy Mauro Marini. Vida e obra. Traspadini, R.; Stedile, J. (Orgs.). 2da Edição, São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Dos momentos en la integración latinoamericana. 1993. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/021_integracion_es.htm> Acesso em julho 2014.

_____. Proceso y tendencias de la globalización capitalista, 1997. In: MARTINS, C. E. (Compilador). América Latina, Dependencia y Globalización; Ruy Mauro Marini. Bogotá: CLACSO, Siglo XXI, 2008, 292 p.

MONTGOMERY, N. As Organizações Internacionais como sujeitos de direito internacional. Em: MERCADANTE, A.; CELLI JR, U.; ARAÚJO, R. (Coord.). Blocos econômicos e integração na América Latina, África e Ásia. Juruá Editora: Curitiba, 2006.

PETROCARIBE. 2009. Disponível online em: <http://www.petrocaribe.org/>

PETRÓLEOS DE VENEZUELA, S.A. (PDVSA). Informe de Gestión 2013. Caracas, 2014.

SEABRA, R. La Alianza Bolivariana: el redescubrimiento del antiimperialismo en América Latina. Revista Politeia, Instituto de Estúdios Políticos UCV, v. 36, n. 51, pp. 51-81, 2013.

SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE (SELA). Evolución de la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América-Tratado de Comercio de los Pubelos (ALBA-TCP). Secretaria Permanente, n. 4-14, Caracas, 2014.

ISBN: 978-85-7205-159-0

SOUZA, N. A. América Latina: inserção internacional, integração e desenvolvimento. In: CRUZ, C. A. S., CORAZZA, G., SOUZA, N. A. (Orgs.) América Latina – Olhares e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2015. 352 p.

TEIXEIRA, R., DESIDERÁ NETO, W. La Recuperación del desarrollismo en el regionalismo latinoamericano. In: DESIDERÁ NETO, W., TEIXEIRA, R. (Org.) Perspectivas para la Integración de América Latina. CAF-IPEA: Brasilia, 2013. pp. 11-36.